

O Atlântico e a fronteira escravista-mercantil no Rio Grande de São Pedro, c. 1765-1810*

The Atlantic Ocean and the Slave-Mercantile Frontier in Rio Grande de São Pedro, c. 1765-1810

Luigi Bastos do Nascimento Pintaude**

Resumo: Neste trabalho se investigam as transformações socioeconômicas na capitania de Rio Grande de São Pedro entre os anos de 1765 e 1810. Utilizamos inventários *post-mortem* de proprietários escravistas para produzir uma série de preços de pessoas escravizadas, como forma de avaliar criticamente a interdependência entre a produção agrária da capitania e o mercado atlântico. Indicamos a conexão econômica do circuito de produção do charque com as praças mercantis do Rio de Janeiro e Amsterdam, através da cadeia mercantil do açúcar, da qual o charque fazia parte como alimentação das pessoas escravizadas que produziam o açúcar. Adicionalmente, explicitamos a dinâmica de concentração da propriedade escravista e a intensificação da coerção das relações de exploração, para melhor compreender as condições de realização do valor do capital escravista-mercantil na fronteira de *commodity* do charque.

Palavras-chave: Escravidão. Rio Grande de São Pedro. Economia-Mundo. Capitalismo. História Atlântica.

Abstract: This paper investigates the socioeconomic transformations in the captaincy of Rio Grande de São Pedro, between 1765 and 1810. We utilized

* Submissão: 13/03/2023 | Aprovação: 12/11/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v27i1.917

** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil | ORCID: 0009-0006-5587-8824 | E-mail: luigi.bpintaude@gmail.com

O autor agradece ao CNPq pela bolsa de iniciação científica concedida entre os anos de 2021-2022, que permitiu a realização desta pesquisa e à Capes pela bolsa de mestrado, 2023-2025, que permitiu sua continuidade. O autor agradece a Luiz Paulo Ferreira Nogueiról, Leonardo Marques e Tiago Luís Gil pela leitura crítica de uma versão preliminar deste texto, bem como aos revisores anônimos da revista que contribuíram para o aprofundamento dos argumentos desenvolvidos. Todos os equívocos cometidos são de responsabilidade do autor.



the data gathered in *post-mortem* inventories of slave owners to produce a series of enslaved people prices, as a way to critically observe the interdependency between the agrarian production of Rio Grande de São Pedro and the Atlantic market. We indicate the economic connection of the jerked beef commodity chain with the markets of Rio de Janeiro and Amsterdam, through the commodity chain of sugar, of which the salted meat was a part of, as it was used as a food for the enslaved people who produced sugar in Portuguese America. Additionally, we tried to demonstrate the dynamics of the concentration of slave ownership and the intensification of the exploitation in the region, aiming to get a better comprehension of the conditions of the realization of value of the slave-mercantile capital in the commodity frontier of jerked beef, *charque*.

Keywords: Slavery. Rio Grande de São Pedro. World-Economy. Capitalism. Atlantic History.

JEL: N36. N56. N96.

Introdução: Séries de precificação e realidade histórica

O século XVIII caracterizou-se por uma onda inflacionária nos preços internacionais e por uma crescente concentração de riqueza na economia-mundo atlântica (Fischer, 1996). Os ritmos industriais da produção do fim desse século inauguraram uma nova fase dos ciclos capitalistas de acumulação, nomeadamente o ciclo inglês, bem como uma nova geografia de acumulação dos espaços produtivos escravistas, a chamada Segunda Escravidão (Arrighi, 1994; Tomich, 2011; Parron, 2022; Marques, 2020a).

Na América portuguesa, nesse período colonial tardio, assistiu-se a uma escalada da produção agrária, sob os ritmos do mercado atlântico, de modo a verificar-se uma significativa intensificação do trabalho escravizado (Alden, 1987; Tomich, 2011). Como indicador, para investigar a conexão entre nossa unidade de observação, o Rio Grande de São Pedro, e nossa unidade de análise, o mercado atlântico, produzimos uma série de preços das pessoas escravizadas no Rio Grande de São Pedro, para os anos entre 1765 e 1810.

Em consonância com a depressão da economia aurífera na América portuguesa, na década de 1760, os preços das pessoas exploradas enquanto formas de capital escravista-mercantil flutuaram de maneira decrescente no Rio Grande de São Pedro, tal como ocorria em Minas Gerais e no Sistema Atlântico Ibérico de maneira mais geral (Miller, 1986; Bergad, 2004). Tal relativa estagnação, não era apenas motivada pelo fluxo declinante das remessas de ouro enviadas a Lisboa, mas também pela configuração política local e global: a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), em escala ampliada, e seus resultados americanos demonstravam a posição instável das fronteiras do Império português. Da invasão do reino, em 1762, à ocupação hispânica da cidade de Rio Grande, entre 1763 e 1776, uma série de derrotas se impôs aos portugueses, o que cristalizou a percepção entre os letrados lusitanos de que o reino teria de passar por uma reconfiguração (Carrara *et al.*, 2023; Maxwell, 1985; Berbel, Marquese; Parron, 2010; Schwartz, 1988; Aladrén, 2012).

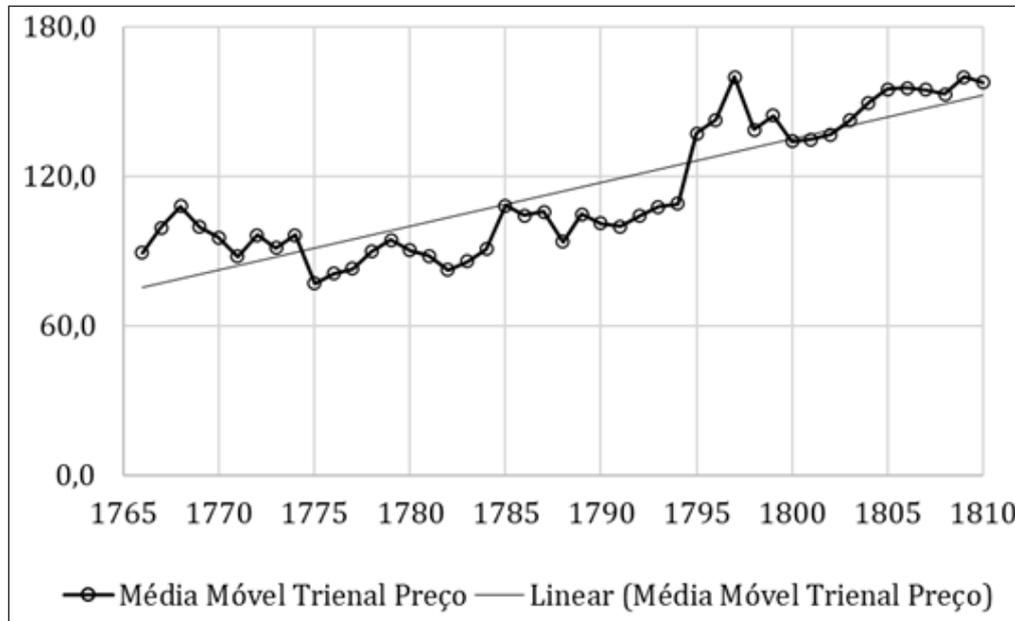
Em âmbito local, mesmo após a paz imposta pelos ingleses em 1763, Rio Grande permaneceu ocupada por mais treze anos. Nesse sentido, além da destruição militar da propriedade das estâncias, possibilidades de resistência por parte dos escravizados estavam em jogo. No processo bélico

de desorganização das unidades produtivas, alguns cativos conseguiam realizar fugas, incentivadas também pelas promessas de liberdade que as lideranças coloniais beligerantes faziam aos escravizados de seus rivais. De fato, um hiato na diplomacia de devolução de pessoas fugidas instalou-se durante os dois ciclos de batalhas luso-espanholas (1762-63 e 1775-77) (Aladrén, 2012). Desse modo, a propriedade escravista encontrava-se em franca contestação e as expectativas de reprodução do patrimônio eram colocadas em xeque pela agência das pessoas escravizadas.

No plano da longa duração, era percebida uma interdependência econômica desigual na relação luso-inglesa. Por um lado, a força militar inglesa havia sido decisiva no encerramento dos conflitos recentes; por outro, a penetração inglesa no comércio sul-atlântico – legal ou ilegalmente – desenhava um movimento crescente no século XVIII, que mantinha preocupada a elite letrada portuguesa (Azevedo, 1929; Novais, 1989 [1979]; Pinto, 1979; Maxwell, 1985; Pedreira, 2000; Cardoso, 2003;), e foi uma das motivações do ciclo de reformas, encabeçada por Sebastião José de Carvalho e Mello, na tentativa de “reter o capital dentro de seu próprio sistema econômico” (Maxwell, 2013, p. 73, tradução nossa).

O desaquecimento da economia extrativa mineira era plenamente perceptível em 1766 (Pinto, 1979; Maxwell, 1985; Pedreira, 2000; Carrara *et al.*, 2023). O preço das pessoas escravizadas, uma das principais forças produtivas no intento colonizador, portanto, dinamizava-se com os “ciclos de crescimento das exportações brasileiras” (Miller, 1986, p. 43; tradução nossa). Logo, se entre o fim do século XVII e meados do XVIII os preços haviam subido sobremaneira, conforme escalavam as quantidades de ouro extraídas – e mesmo a *expectativa* de sua extração –, reversivamente, verificou-se uma queda acentuada, revertida apenas no último quartel do século XVIII, durante o chamado “renascimento agrícola” (Miller, 1986; Alden, 1987).

Gráfico 1 – Preço dos homens escravizados saudáveis entre 20 e 29 anos em milhares de réis – Rio Grande de São Pedro – Média Móvel Trienal



Fonte: ver Tabela 4, no Anexo.

O empuxo econômico desse “renascimento agrícola” brasileiro, do final do século XVIII, significou a ignição dos setores produtivos de diversas áreas do Sistema Atlântico Ibérico: a expansão da produção açucareira em Pernambuco, Paraíba, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro e posteriormente São Paulo; da produção de tabaco no Recôncavo Baiano, no Maranhão, Pernambuco e Alagoas; do algodão em Pernambuco, no Maranhão e no Pará; do arroz no Maranhão, Pará e Rio de Janeiro; de café no Pará, Maranhão, Bahia, mas principalmente no Rio de Janeiro e, finalmente, de trigo e charque no Rio Grande de São Pedro (Alden, 1987).

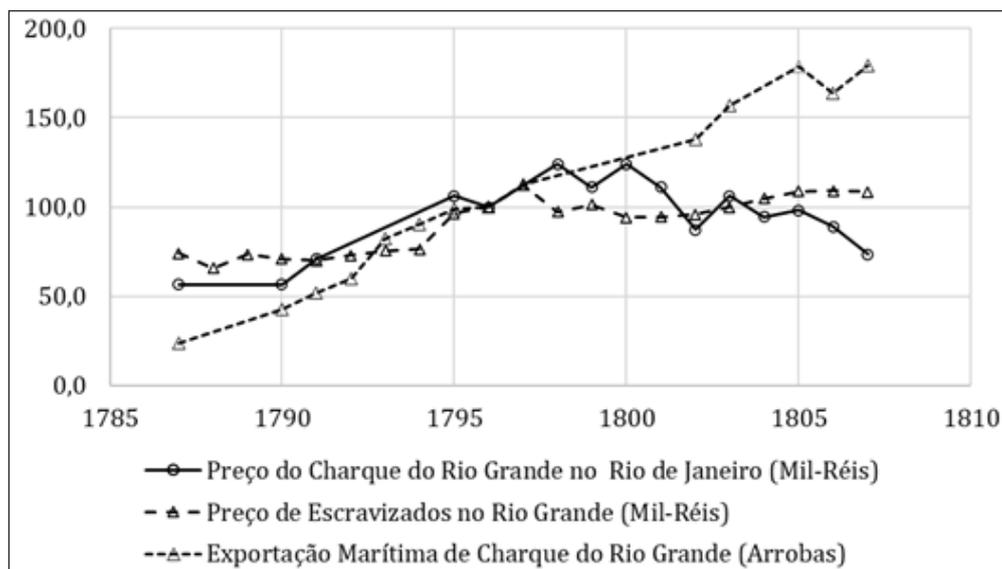
Tal percepção foi empiricamente consubstanciada com as pesquisas arquivísticas, que demonstraram a retomada da vitalidade do setor agroexportador, baseado em uma intensa introdução mercantil de pessoas escravizadas nos centros produtivos brasileiros; no caso do Rio Grande de São Pedro sob a dinâmica distributiva da praça mercantil carioca, que se transformava em “eixo central da reprodução do escravismo no sul-sudeste” (Florentino; Ribeiro; Silva, 2004, p. 90). A relevância dos mercadores cariocas no tráfico de seres humanos, entretanto, não evitava por completo que a concorrência interimperial por mão de obra escravizada ten-

sionasse para cima os preços, estimulando uma equalização dos custos de trabalhadores entre os diferentes portos de embarque (Miller, 1986; Silva, 2010; 2013). De fato, ao menos desde 1720, a procura francesa e britânica nas costas da África Centro-Occidental, sobretudo nas margens do rio Loango, colocou os luso-africanos em severa competição (Miller, 1986).

Por fim, essa dinâmica de espiral crescente de exportações diversificadas realizou-se, em sua faceta de demanda por trabalho, com o decorrente aumento dos preços das pessoas escravizadas no que Miller chamou de “Terceira Onda” – entre as três que ocorreram entre 1570 e 1830 – nos preços correntes de pessoas escravizadas, que elevou o preço a patamares que ainda não haviam sido alcançados pelas ondas anteriores (Miller, 1986; Eltis, Richardson, 2003). Logo, não surpreende que o crescimento dos preços das pessoas escravizadas no Rio Grande de São Pedro encontrou-se em correlação direta com o crescimento da quantidade de charque exportada e do preço do charque, dada a possibilidade histórica ampliada da realização do valor e expansão do capital escravista-mercantil (Pires; Costa, 2000; Noguéról, 2016).

Tal correlação demonstra que as variáveis cresciam conjuntamente, em uma dinâmica sinérgica. Sobre este último ponto, pesquisas recentes apontaram o aquecimento da economia rio-grandense, sobretudo ligado ao abastecimento de charque, carne salgada, às áreas de *plantation*, produtoras de açúcar e tabaco, em particular Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco; fato que conectou as unidades produtivas estancieiras da região ao crescimento agrícola, o que se verificou não apenas a partir do crescimento das exportações, preço do charque e da mão de obra escravizada, mas também da disponibilidade de crédito na região, elemento que dava forma às práticas de endividamento por parte dos comerciantes e lastreava o aumento da produção (Osório, 1999; Menz, 2006; Gil, 2020; Noguéról, 2016).

Gráfico 2 – Índice anual de preço e quantidade de charque exportada e preço de escravizados no Rio Grande de São Pedro (1796=100)



Fonte: produção própria.¹

Em especial, o grande aumento verificado nos primeiros anos da década de 1790 nos remetem à Revolução do Haiti, em particular dentro do contexto ultrainflacionário da crise revolucionária iniciada em 1789 (Fischer, 1996). A ilha, sob domínio francês, havia passado por um processo de intensa aceleração produtiva no século XVIII, tanto em termos do açúcar produzido, mas – após 1750 –, sobretudo, do café, tornando-se, segundo estimativas, a região responsável pela produção de 50% das exportações mundiais deste artigo, em fins do século (Trouillot, 1982; Marquese, 2015). Ora, a partir da ação revolucionária e a consiguiente saída da região do seu anterior lugar de centralidade nas exportações, o preço dos dois artigos passou pelo crescimento que comentamos, visto que a produção não acompanhou os ritmos da demanda (Marquese, 2015). Nessa conjuntura, a produção brasileira de açúcar e café passou por uma intensificação e, conjuntamente, a produção do charque integrou as espirais de demanda dos centros de produção para a exportação.

¹ Para o preço das pessoas escravizadas, ver Tabela 4, no Anexo. Para as exportações de charque a partir do Rio Grande de São Pedro e para a precificação do charque, ver Menz 2006 (p. 137 e p. 175). As séries de preço originalmente se encontravam em milhares de réis e a série de exportação em arrobas. As séries foram convertidas em uma base comum, na qual os valores de 1797 = 100.

Tabela 1 – Coeficientes de Correlação entre a quantidade e preço do charque exportado e os preços de pessoas no Rio Grande de São Pedro entre 1787 e 1807

	Preço do charque do Rio Grande no Rio de Janeiro	Preço de escravizados no Rio Grande de São Pedro	Exportação marítima de charque do Rio Grande de São Pedro
Preço do charque do Rio Grande no Rio de Janeiro	1		
Preço de escravizados no Rio Grande de São Pedro	0,560	1	
Exportação marítima de charque do Rio Grande de São Pedro	0,619	0,864	1

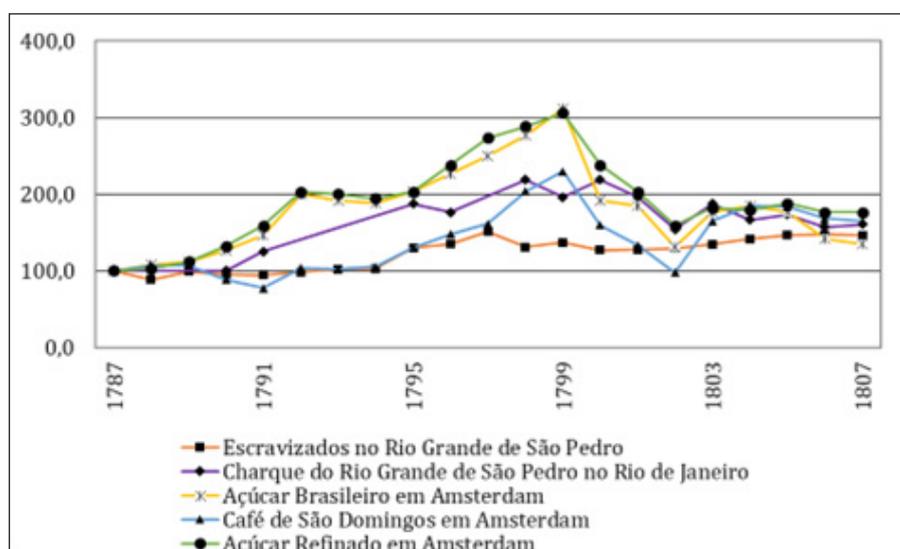
Fonte: ver Gráfico 2.

1. Preços coloniais e interimperiais

Não poderíamos, contudo, conceber tal movimento ascendente na precificação em termos unilateralmente regionais. Apesar de já haveremos ressaltado a dinâmica interimperial no processo de alta dos preços, pensamos que sua avaliação em conjunto com a precificação das *commodities* no mercado atlântico possa jogar luz às relações entre a alavancagem que observamos e as forças que entravam em sinergia com esse aumento na produção agrícola. Conforme aferimos na documentação e expusemos no Gráfico 3 e na Tabela 2, tanto o preço das pessoas escravizadas no Rio Grande de São Pedro quanto a precificação do charque – principal *commodity* produzida na região durante o período em questão – possuem um índice de correlação significativo entre si e com as séries de preço do açúcar brasileiro, do café de São Domingos e do açúcar refinado no mercado de Amsterdam, de acordo com as séries formuladas por Posthumus, em 1946. A opção pelos preços nessa praça mercantil se justifica pela compreensão de que nela produziam-se determinações importantes na precificação das pessoas escravizadas. Eltis e Richardson (2003), em artigo utilizando dados sobre a compra de 282.274 pessoas nas Américas, avançaram a hipótese de que

Existiam cinco sistemas transatlânticos diferentes vigentes durante a maior parte desta época – britânico, francês, holandês, espanhol e português – e um sexto se incluirmos os EUA independentes. O preço do açúcar em Amsterdã ou na Alemanha do Norte, onde era vendido o açúcar excedente de todos os sistemas europeus, agia talvez como o último árbitro sobre o preço de escravos na América. (Eltis; Richardson, 2003, p. 34)

Gráfico 3 – Índice anual de preços de pessoas escravizadas no Rio Grande de São Pedro e *commodities* atlânticas (1787 = 100)



Fontes: produção própria.²

Nosso esforço complementar – uma vez que os dados utilizados pelos pesquisadores se centravam, principalmente, sobre o comércio inglês, francês e holandês – busca situar essa nova dinâmica, que mobilizava as forças produtivas luso-americanas, no campo mais amplo do economia-mundo atlântica. Em diálogo com a metodologia proposta por Sereni (1966), formulamos a matriz de correlação dos preços, a fim de demonstrar a conexão entre os rumos das *commodities* e das pessoas escravizadas, forjada em relações que não se limitavam ao espaço americano, mas que eram verificáveis nos mercados europeus, tal como Amsterdã, o que sugere

² Para o preço de escravizados no Rio Grande de São Pedro e para a precificação do charque, ver Tabela 4. Para as demais séries, ver Posthumus (1946, p. 124-125, p. 182 e p. 186-187). Todas as séries foram convertidas em uma base comum, na qual os valores de 1787 = 100.

que os diferentes pontos da economia-mundo se encontravam interligados em uma mesma constelação, em uma mesma economia de mercado.

Tabela 2 – Coeficientes de correlação entre *commodities* atlânticas e preços de pessoas escravizadas no Rio Grande de São Pedro (1787-1807)

	Escravizados no Rio Grande de São Pedro	Charque do Rio Grande de São Pedro no Rio de Janeiro	Açúcar brasileiro em Amsterdam	Café de São Domingos em Amsterdam	Açúcar refinado em Amsterdam
Escravizados no Rio Grande de São Pedro	1				
Charque do Rio Grande de São Pedro no Rio de Janeiro	0,64068142	1			
Açúcar brasileiro em Amsterdam	0,453181016	0,746493717	1		
Café de São Domingos em Amsterdam	0,795027978	0,704260369	0,663483016	1	
Açúcar refinado em Amsterdam	0,56682433	0,840412561	0,963619841	0,687338611	1

Fontes: produção própria. Ver Gráfico 3.

Não é de espantar que tal correlação tenha sido verificada por David Fischer (1996), que havia comprovado o espraiamento dos links econômicos do mercado atlântico, particularmente no período que classificou também como “Terceira Onda”. Contudo, esta terceira onda enquadra-se nas quatro longas ondas inflacionárias que o autor encontrou nas consonâncias dos preços da economia-mundo europeia: a primeira situar-se-ia em fins do século XII até o princípio do século XIV; a segunda “revolução de preços” teria acontecido no final do século XV e terminado em meados do XVII; a terceira – que aqui observamos –, por sua vez, principiaria em 1730 e deslocar-se-ia até as guerras napoleônicas; por fim, a quarta onda, iniciada em 1896, permaneceria em atividade ao menos até o presente, contando apenas com um interstício entre 1920 e 1930.

Evidentemente, tais movimentos estruturais de duração secular não se deram de maneira homogênea no espaço-tempo. Ora, nós acabamos de demonstrar os efeitos do cenário crítico da metade do século XVIII

para o caso da América portuguesa, um movimento conjuntural contraditório, que Fischer (1996) não desconsiderou. Entretanto, especificamente, após a década de 1777, a ascensão de Montevideo como porto central de entrada de pessoas escravizadas para a América espanhola, em grande medida pela migração de comerciantes portugueses advindos de Colônia de Sacramento, então sob controle hispânico, trouxe efeitos importantes para o mercado lusitano de escravizados. É nesse sentido que a estruturação de uma economia de abastecimento na fronteira sul da América lusa deve ser compreendida de maneira integrada aos complexos portuários do Rio da Prata (Vargas, 2023).

Principalmente depois da expulsão dos portugueses da Colônia de Sacramento – em 1777, pelos exércitos de Cevallos – e da proclamação do livre-comércio atlântico em Montevideo e Buenos Aires, em 1778, a montagem de um porto escravista em Montevideo foi a saída para os comerciantes luso-brasileiros que instalaram suas redes interpessoais de trato mercantil na região (Prado, 2015; 2022). Após essa data – e sobretudo a partir da década de 1790 –, o contrabando luso-brasileiro de escravizados para o Rio da Prata aumentou largamente, o que era duplamente problemático para os proprietários da capitania do Rio Grande de São Pedro: aumentava o preço dos escravizados e, como os negociantes de Montevideo negociavam utilizando carnes salgadas, reduzia o preço do produto (Borucki, 2011).

Tal aumento no preço dos escravizados talvez ajude a explicar por que – apesar da grande quantidade de comerciantes no trato dos viventes e mesmo do grande número de envios feitos por pequenos mercadores escravistas até o Rio Grande de São Pedro –, entre os períodos de 1788-1802 e 1809-1824, a porcentagem de pessoas escravizadas enviadas até a fronteira sul pelos comerciantes de grande porte – ou seja, que enviaram 25 pessoas ou mais – passou de 35,5%, no primeiro momento, para 58,2% no segundo (Berute, 2006). Considerando o custo crescentes das pessoas escravizadas, eram os mercadores com mais capitais que tinham mais condições de financiar as expedições que as levariam para a capitania, justamente os mesmos que teriam o cabedal necessário para montar grandes viagens escravistas intra-imperiais.³

³ As características demográficas dos escravizados enviados ao Rio Grande de São Pedro, por outro lado, reforçam a tese de que a determinação da precificação era predominantemente atlântica, pois,

Adicionalmente, como parte do comércio era realizado em prata ou charque, os próprios governadores e vice-reis, em alguma medida, estimulavam a chegada de espanhóis nos portos da Bahia⁴ e do Rio de Janeiro (Prado, 2022). Com o embargo inglês contra os espanhóis no Rio da Prata, em 1796, o fluxo de mercadores hispânicos chegando aos portos luso-brasileiros parece ter se intensificado e, no mesmo ano, negociantes da fronteira sul luso-brasileira reclamavam contra o aumento dos preços causado pelo contrabando (Vargas, 2013; Aladrén, 2015; Prado, 2022). Poderia ser apenas um dispositivo retórico, contudo não nos parece por acaso que em 8 de fevereiro de 1801 – após uma queda de mais de 15% no preço dos escravizados desde o pico de 1797 – o desembargador José Feliciano da Rocha Gameiro, ouvidor-geral do Crime e intendente dos Contrabandos e da Polícia, elogiasse Donald Campbell ao então presidente do Erário Régio, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comentando que as ações “diligentes” do comandante de esquadra em combater o tráfico de escravizados para a América espanhola haviam reduzido os preços das pessoas escravizadas.⁵

Portanto, pesando as características apontadas, pensamos ser importante verificar que as tendências encontram seu lugar também nas dimensões locais, não a despeito, mas por causa da ação dos sujeitos históricos. Defendemos essa posição, pois concordamos com o argumento de Maxwell quanto ao fato de que as políticas pombalinas, apesar de não darem conta por completo das tensões existentes na Europa e mesmo de produzirem tantas outras, foram relativamente bem-sucedidas no que diz respeito à tentativa de inversão da balança comercial anglo-portuguesa a partir da década de 1770, bem como à diversificação nas relações econô-

nos períodos citados, Berute (2006, p. 51-79) percebeu, entre os escravizados traficados para a capitania, uma maior porcentagem de “africanos novos”, em oposição aos “ladinos” e “crioulos”, ou seja, maior presença de africanos com baixa inserção social frente aos africanos com considerável com inserção social e escravizados nascidos na colônia. Como o preço dos “africanos novos” costumava ser menor do que o dos outros dois grupos, a depender da demanda local, os preços haveriam se reduzido, de modo que se houve um aumento de nível médio de preços, provavelmente este movimento possui maior determinação da economia atlântica do que da demanda local.

⁴ AHU, Bahia, Cx. 106, Doc. 207664.

⁵ AHU, Rio de Janeiro, Cx. 189, Doc. 13654. Conferir os dados de Borcuki (2011). Os dados do tráfico intra-americano disponíveis no site *Slave Voyages* também corroboram essa versão, uma vez que, entre 1790 e 1810, o ano de 1801 aparece como um ano de queda, e o ano com menor número de embarques com direção ao Rio da Prata desde 1791, com uma queda deste porte ocorrendo novamente apenas em 1807.

micas do reino com o restante da Europa (Maxwell, 1985; 2013; Schwartz, 2010), o que não deixou de ser percebido pelos agentes comerciais ingleses (Maxwell, 1985). Ou seja, o planejamento da política econômica dos agentes metropolitanos conseguiu inserir o Sistema Atlântico Ibérico em uma relação ao mesmo tempo mais profunda, de maior infiltração dos produtos luso-brasileiros nos mercados europeus, mas também altamente transformativa com o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu.

Com isso não queremos, contudo, dizer que a interdependência desigual havia acabado, afinal em fins do século XVIII a economia portuguesa permanecia fortemente escorada nas reexportações dos produtos coloniais americanos, que haviam apresentado fortíssimo crescimento, bem como nas exportações de manufaturados para a América portuguesa, somadas a um cenário bastante peculiar do comércio internacional, no qual as importações dos britânicos cumpriam papel determinante (Novais, 1989; Pedreira, 2000; Marques, 2020a).

Se, por um lado, portanto, temos de admitir que a “prosperidade” do Império português na virada do século XVIII foi produto e produtora de uma situação muito delicada, no reverso da medalha, é importante que – dialeticamente – observemos que essa mesma dinâmica de acumulação de capitais, cujo enquadramento colocava o Brasil como o “coração” pulsante do Império (Schwartz 2010, p. 47), foi parte do processo de produção das condições de sua própria transformação, formalizada com a abertura dos portos após a chegada da família real à colônia, em 1808, em um contexto de pressões por um relacionamento comercial direto entre Inglaterra e Brasil, pois o cenário constituído oferecia uma interessantíssima posição para aqueles agentes comerciais que pudessem realizar a reexportação dos produtos tropicais do Brasil e que em retorno pudessem realizar o comércio de importações brasileiras de manufaturados, situação que tornou-se muito atrativa para os mercadores ingleses (Maxwell, 1985; 2013).

Desse modo, compreendendo que estamos diante de um processo de forte integração econômica entre o Sistema Atlântico Ibérico e o Sistema Atlântico do Noroeste Europeu, cabe questionar como apreender teoricamente esse movimento de deslocamento das relações substantivas da economia-mundo capitalista. A solução parece ser a observação que Giovanni Arrighi apresenta sobre o movimento descontínuo do centro

do sistema. Na interpretação do economista italiano, a transição do século XVIII para o XIX situar-se-ia no chamado Ciclo de Acumulação Inglês, durante o “Longo Século Dezenove”, que seria um pouco mais extenso do que haveria proposto Hobsbawm (1998), indo da crise sinalizadora do Ciclo de Acumulação Holandês, em 1740, até a crise terminal do Ciclo de Acumulação Inglês, em 1930. Ou seja, a Inglaterra ganhava terreno, não apenas em função de seus ganhos comerciais com as trocas com seu parceiro lusitano, como já argumentamos ou unicamente pela fortíssima produção tropical das colônias antilhanas, ou mesmo unilateralmente pelo salto na produção industrial, mas também pelo processo de fortalecimento do capital usurário (Arrighi, 1994).

Portanto, se, por um lado, o fortalecimento da balança comercial portuguesa, dada a inserção da produção colonial nos circuitos europeus, apontava, em certo sentido, para a aplicação efetiva de políticas “neomercantilistas” ou ainda da prática de um “nacionalismo econômico” (Maxwell, 2013), que fortalecia o escravismo nas Américas, por outro, essas mesmas políticas promoveram a formulação de uma conjuntura na qual outro centro de poder que não a Coroa portuguesa pôde atrair recursos, dada a sua crescente centralidade no circuito dos capitais, que não apenas excitavam-se com a obtenção de matérias-primas cada vez mais abundantes e, logo, mais baratas, mas também com a possibilidade de participar do abastecimento colonial na América portuguesa (Mariutti, Nogueról, Neto, 2001). É nesse sentido que o Ciclo Inglês de Acumulação de Arrighi encontra a Segunda Escravidão de Tomich (2011): a reformulação da correlação de forças na arena internacional – com mercado e indústria ingleses fortalecidos em sua capacidade de centralizar capitais – colocava como possibilidade histórica, para os demais sujeitos políticos dos complexos imperiais, o recrudescimento das relações escravistas – que esmiuçaremos nas próximas seções – como forma de responder às demandas de *commodities* e procurar partilhar com a Inglaterra as espirais de valorização do valor.

A amarração dos argumentos – formulados a partir da observação empírica do crescimento dos preços das pessoas escravizadas, em consonância com os preços internacionais das mercadorias traficadas no Atlântico – é a avaliação de que a onda crescente nos preços internacionais de *commodities* e de mão de obra foi puxada pela demanda dos centros con-

sumidores, cuja produção de manufaturas tornava-se massificada (Fischer, 1996; Eltis; Richardson, 2003; Mintz, 2003).

2. Enfermidades e soberania escravista

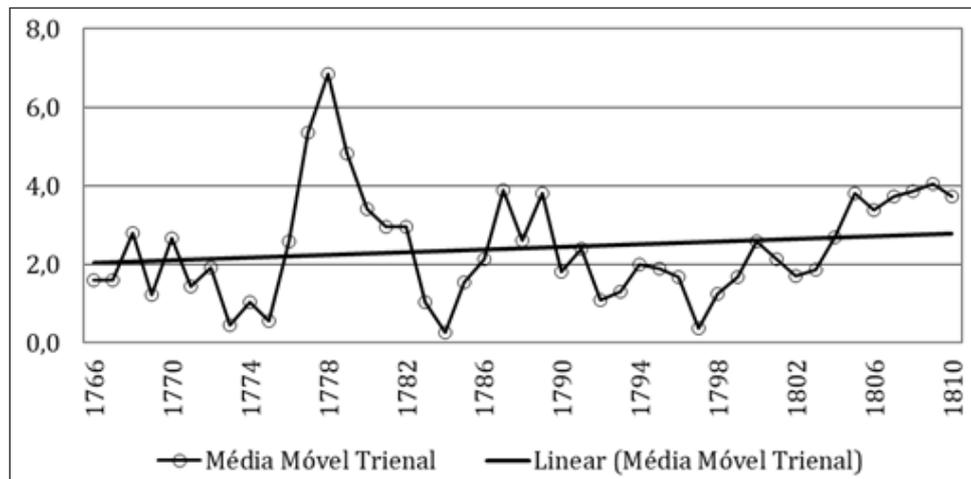
Sugerimos até agora que as dinâmicas do comércio de *commodities* e da exploração dos trabalhadores escravizados no Rio Grande de São Pedro entraram em sinergia na passagem do século XVIII para o XIX. Pensamos ser relevante, a fim de compreendermos suas transformações, fazer uma avaliação dos indícios que apontam para a coerção física nesse contexto. Tal compreensão assenta-se na interpretação de que a economia política da escravidão estava intimamente imbricada na possibilidade da coerção direta do trabalho (Castro, 1980; Tomich, 2011).

Apesar de os senhores escravistas rio-grandenses estarem sujeitos às pressões econômicas atlânticas, não poderíamos esperar que a intensificação no ritmo de produção que se verificou no período se realizasse sem conflito. Nesse sentido, tentar avaliar, mesmo que indiretamente, a condição de vida das pessoas escravizadas pode nos sugerir importantes caminhos interpretativos quanto ao significado da expansão econômica da fronteira, uma vez que “a força e a coerção não são apenas fatores extra-econômicos contingentes. Ao contrário, elas são parte integrante da produção escravista” (Tomich 2011, p. 25).

Uma possibilidade historiográfica de observação dessa aparente contradição foi apontada por Manolo Florentino (1997), que se utilizou das porcentagens de enfermos e feridos entre a população escravizada do Rio de Janeiro, conforme permitiam observar os inventários *post-mortem*, para procurar rastros da coerção. Nós nos valem de uma metodologia semelhante. Evidentemente, a crítica às fontes é necessária, visto que as descrições das enfermidades encontradas nos documentos analisados não são “avaliações científicas”, e sim caracterizações que “tinham por fim último determinar o valor do escravo no âmbito da fortuna inventariada” (Florentino 1997, p. 55), de modo que a subnotificação e a imprecisão são patentes. Ainda assim, a serialização, enquanto crítica da fonte individual, permite-nos, mais do que traçar uma porcentagem definitiva, acompanhar os movimentos pertinentes nessa variável. Os resultados de nossos esforços quantitativos estão expressos no Gráfico 4.

Gostaríamos de começar apontando o movimento ascendente e descendente entre os anos de 1775 e 1784. Não deve ser acaso que tal avanço proporcional de ferimentos e enfermidades tenha seu princípio concomitante ao início do ciclo de guerrilhas rio-grandenses contra os espanhóis na localidade do Rio Grande. Em especial, em uma região de fronteira na qual os senhores escravistas em posições de comando militar se faziam acompanhar pelas pessoas escravizadas em sua posse durante os combates, seja armando-as para a defesa de suas propriedades, seja ao designá-las para o cumprimento de tarefas nos acampamentos de batalha, apesar de não autorizarem a formação de unidades militares permanentes compostas por cativos, a fim de não permitir resistências armadas contra a dominação desta classe explorada. Ademais, devem ser consideradas as razias. A situação de guerra, portanto, como já apontamos, colocava em risco a sobrevivência das pessoas escravizadas, o que se torna evidente ao avaliarmos o crescimento proporcional apresentado (Aladrén, 2012).

Gráfico 4 – Porcentagem de pessoas escravizadas feridas e enfermas no Rio Grande de São Pedro – Média Móvel Trienal



Fonte: produção própria. Ver Tabela 4, no Anexo.

A ascensão e a queda da curva, entretanto, situam-se em uma tendência mais larga de aumento da porcentagem de pessoas feridas e enfermas. Uma das chaves de leitura apresentadas por Florentino para compreender tal aumento é a imbricação das esferas microbianas que se operou nos séculos em que durou o tráfico atlântico (Florentino, 1997). Por se tratar de um dos importadores de maior vulto, a América portuguesa esteve

sujeita a ondas sucessivas de contato entre agentes virais, particularmente no século XVIII, dada a crescente entrada de navios negreiros e súditos portugueses em seus portos (Alden; Miller, 1987). Considerando o quadro em tela, convém lembrar da questão das epidemias na margem africana do Atlântico, especificamente na África Centro-Occidental.

Em fins do século XVIII a região luso-africana foi o lócus de uma série de epidemias variadas, especialmente de varíola, entrecortadas por períodos mais ou menos longos de secas e fome. Além das guerras e razias em busca de cativos, que desestruturavam as comunidades locais e seus circuitos produtivos, bem como forçavam migrações de pessoas em situação de vulnerabilidade epidemiológica, é importante notar que a fixação de comunidades cujos integrantes realizavam práticas agrárias e alimentárias de matriz lusitana era um fator de transformação ambiental e cultural que tensionava a capacidade das populações livres e cativas de resistir ao avanço das doenças (Alden; Miller, 1987; Curto; Gervais, 2002).

Chamamos atenção, particularmente, para a expansão e cristalização da agricultura da mandioca, trazida a Luanda pelos invasores portugueses já no século XVI e que no século XVIII havia se tornado um dos principais componentes da dieta dos moradores da localidade. A contradição em sua produção e consumo, entretanto, era que “ao mesmo tempo em que a mandioca dava suporte às populações locais nos anos de seca, ela fornecia nutrientes insuficientes, deixando aqueles que dependiam dela fragilizados e, conseqüentemente, mais vulneráveis a doenças” (Oliveira 2021, p. 48; tradução nossa). Assim, tanto a demanda por pessoas apresadas, ampliada com o “renascimento agrícola”, quanto as condições de oferta da mão de obra escravizada, operada, em parte, pela fixação portuguesa em Angola, coproduziam efeitos devastadores de fragilidade microbiana.

Em termos de demanda, a compra de pessoas com a saúde fragilizada foi apontada por Miller como uma estratégia econômica cruel do tráfico: ao comprarem pessoas de saúde debilitada, fragilizadas pela situação de epidemias na costa africana e passageiras malnutridas de navios que passavam de trinta a cinquenta dias no mar, possibilitando mais de um ciclo de infecção (Alden; Miller 1987), os senhores escravistas poderiam economizar nos custos de policiamento e disciplinarização dos corpos das pessoas escravizadas, combatendo parcialmente, desse modo, o aumento generalizado dos custos de mão de obra apontados (Miller, 1986).

Complementarmente, Florentino sugeriu que a porcentagem de enfermos e feridos entre as pessoas escravizadas “Trata-se, na verdade, de um indicador importante sobre a dureza do processo de trabalho no interior das empresas escravistas” (Florentino 1997, p. 57), de modo que é possível interpretarmos a tendência de crescimento dessa porcentagem não apenas como uma demanda de pessoas cujos custos de policiamento seriam menores, mas também como indício de que o próprio processo de trabalho tornava-se mais violento, em uma dinâmica de intensificação do processo exploratório como resposta ao aumento dos custos da mão de obra.

Cabe-nos, inicialmente, indicar que – diante do aquecimento da economia exportadora, cujos centros produtivos eram os principais compradores dos produtos do Rio Grande de São Pedro –, a intensificação da exploração direta era uma das estratégias disponíveis aos senhores escravistas. Ademais, é inclusive lícito pensar que sua aplicação seria mais provável do que atenuações das jornadas de trabalho, uma vez que – apesar das reformas educacionais que se operavam no Império português sob Pombal, e mesmo no período posterior à queda do primeiro-ministro, e da crescente publicação de manuais e memórias econômicas por parte dos letrados lusitanos durante a segunda metade do século XVIII, cujas recomendações centravam-se em evitar o desgaste do capital investido nas escravarias e na eficiência dos castigos físicos em uma tentativa de “modernização cultural do reino” – tais reflexões tiveram baixo impacto e circulação entre os proprietários de pessoas escravizadas no período colonial tardio (Marquese, 2004). Nas palavras de Marquese (2004, p. 185):

[...] em que pese a variação regional, o princípio da soberania doméstica continuou informando as concepções senhoriais sobre o governo dos escravos. Ademais, em fins do século XVIII, ainda havia pouco espaço para a discussão e circulação de ideias na América portuguesa, devido aos limites estruturais à difusão de textos impressos (proibição de imprensas na colônia, censura metropolitanas, ausência de público leitor).

Tal realidade, no Rio Grande de São Pedro, era reforçada por uma predominância econômica dos “capitães”, e outros homens com patentes militares entre as elites econômicas (Gil, 2020). Gil, ao estudar as dinâ-

micas de crédito e poder na região, concluiu que a lógica dos mercados, do enobrecimento e do enriquecimento dependiam, na capitania, de uma aliança entre hierarquia militar e poder econômico, de monta que “mais do que as armas, os capitães comandavam seus escravos, sua casa, suas regiões e, assim, controlavam a economia” (Gil, 2020, p. 186). Esses homens em posições de mando, cujo poder era fundamentado por seu controle familiar, seus feitos bélicos e, de modo mais geral, por seu enriquecimento material, eram os responsáveis por fazer valer o princípio da soberania doméstica, que, afinal de contas, legitimava socialmente a possibilidade de exercerem a coerção direta sobre aqueles que se encontravam sob sua autoridade.

Tal observação reforça a tese historiográfica segundo a qual a aplicação de coerção física no processo produtivo foi parte central na emergência de uma economia de abastecimento aos centros exportadores. Vargas (2013, p. 263-282), ao verificar vestígios do comportamentos de três charqueadores em relação à administração de seus escravizados, na segunda década do Oitocentos, apesar de argumentar pela existência de uma forte diversidade de estratégias quanto ao controle da mobilidade física (saídas da unidade produtiva), intensidade dos castigos físicos e ao controle sobre a dinâmica familiar, não deixa de notar a ampla presença dos castigos físicos – ainda que não letais – e a combinação de uma disciplina rigorosa, mesmo que aliada à utilização de estratégias de negociação, tal como as alforrias.

3. Fronteiras moventes e jogos de escala

Estes apontamentos devem ser localizados na paisagem de uma fronteira em expansão. A crítica à historiografia tradicional sobre o Rio Grande de São Pedro, apesar de complexificar o conceito de fronteira – ao evitar sua compreensão como um marco divisório entre identidades fixas e em lugar propor a percepção de que se trataria de um espaço de trânsito de pessoas, mercadorias e ideias, propício aos jogos de interesses da Economia Política da região –, não o abandonou como chave interpretativa para caracterizar a experiência da colonização no Brasil Meridional (Aladrén, 2012; Osório, 1999; Menz, 2006). Em nosso caso, é muito relevante a percepção de que a situação de maior porcentagem de enfermos

e feridos esteve associada ao movimento da fronteira: se, por um lado, nas regiões de fronteira estava a menor parte das pessoas escravizadas, era lá também que se concentravam as pessoas escravizadas enfermas e feridas.⁶ Em suma, os locais de expansão agrícola eram aqueles onde temos indícios de que as condições de vida das pessoas escravizadas eram mais críticas em termos de sobrevivência. Sintetizamos essas informações na Tabela 3.

Tal sincronidade geo-histórica é outro fator que reforça a hipótese de que a expansão econômica das unidades produtivas rio-grandenses esteve associada a uma intensificação da exploração do trabalho, uma vez que o percentual de pessoas enfermas, além de retornar à tendência de crescimento após 1784, justamente na época de avanço sobre a fronteira da localidade do Rio Grande (Aladén, 2012; Osório, 1999), apresenta números mais elevados nas áreas de fronteira – ou seja, Rio Pardo e Rio Grande – do que no cômputo geral.

Tabela 3 – Porcentagem de pessoas escravizadas feridas e enfermas por região – Rio Grande de São Pedro

	Porto Alegre	Rio Pardo	Rio Grande	Total
Nº de pessoas escravizadas	3.157	721	756	4.634
Nº de pessoas escravizadas enfermas e/ou feridas	78	28	24	130
Porcentagem de pessoas escravizadas enfermas e/ou feridas	2,5%	3,9%	3,2%	2,8%

Fonte: produção própria. Ver Tabela 4.

Pensamos, portanto, ser interessante mobilizar o instrumental teórico desenvolvido por Jason Moore (2000): as fronteiras de *commodities*. Em 2000, o historiador ambiental estadunidense propôs analisar as dinâmicas produtivas na América a partir desse conceito, derivado da formulação de Wallerstein e Hopkins (1986), as cadeias de *commodities*. Com

⁶ Adotamos a designação de Aladrén, que corresponde a como os contemporâneos nomeavam as regiões. Nomeadamente, arrolamos na vila de Porto Alegre dados das localidades de Porto Alegre, São José do Norte e Taquari; na vila de Rio Pardo arrolamos dados de Rio Pardo, Caçapava, Cachoeira do Sul e Encruzilhada; finalmente, na vila de Rio Grande arrolamos dados de Rio Grande, Jaguarão, Pelotas e Piratini.

tal apreensão, oferece ao pesquisador “um caminho para relacionar processos abstratos como as ondas longas com processos relativamente específicos, tais como a produção de *commodities* e relações laborais em lugares particulares” (Moore, 2000, p. 411, tradução nossa). A interpretação que propomos aqui é que, conforme expandia-se a fronteira de *commodity* do charque, as relações escravistas na capitania se intensificavam, em um movimento de “aprofundamento e alargamento” (Moore, 2000, p. 412; tradução nossa) das relações de exploração do trabalho.

Dessa forma, relacionamos as longas ondas de preços às dinâmicas locais de expropriação do valor. Entretanto, a particularidade da fronteira sul do Brasil era a relação de reciprocidade produtiva que esta mantinha com a guerra. Estamos diante do que podemos interpretar como uma dialética dos estratos de tempo, pois as relações complexas entre o tempo estrutural de expansão da produção e o tempo da curta duração dos conflitos bélicos ficam aparentes na análise do Gráfico 4 (Koselleck, 2006; 2014; Braudel, 2009). Se, em termos de curta duração, o fim do ciclo de guerras iniciado em 1775 colocou momentaneamente em declínio o percentual de pessoas feridas e/ou enfermas entre os escravizados do Rio Grande de São Pedro – em sua face estrutural –, o mesmo conjunto de eventos (a reconquista lusitana de Rio Grande e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso) possibilitou a continuidade da tendência de crescimento da série, por abrir a possibilidade histórica do avanço e fixação dos senhores escravistas na região do Rio Grande.

Não se trata de uma teleologia em que a tendência geral subsume os eventos particulares, mas uma interação contraditória, na qual a tendência se realiza *através* dos eventos, no jogo minucioso das movimentações locais, muitas vezes de maneiras imprevisíveis, tais como eram os resultados dessas campanhas militares. Em um certo sentido, é preciso compreender que aplicamos uma “*metodologia para o estudo dos particulares como fontes de mudança* em si mesmos, constantemente reagindo, mas também afetando, frequentemente de maneiras inesperadas, impulsos e pressões externas” (Trouillot, 1987, p. 334, tradução nossa). Esse movimento de vaivém entre as escalas de observação é importante para compreendermos quais as condições de possibilidade para que o Rio Grande de São Pedro passasse pela intensificação do processo produtivo (Marquese, 2013; Tomich, 2011; Marques, 2020b).

A combinação entre o avanço sobre um território e a maior exploração do trabalho (que sugerimos existir indiretamente, através de um indício apontado por Florentino) aparece nesse contexto como um dado central. Pensamos, com isso, fortalecer a tese de Aladrén (2012), quando este afirma que a fronteira política teve como condição a cristalização do escravismo como modo de exploração no Rio Grande de São Pedro. Guerra e escravidão entravam em relações de sinergia (Osório, 1999), em uma coreografia em que uma cada uma movimentava a curva de feridos em ritmos diferentes.

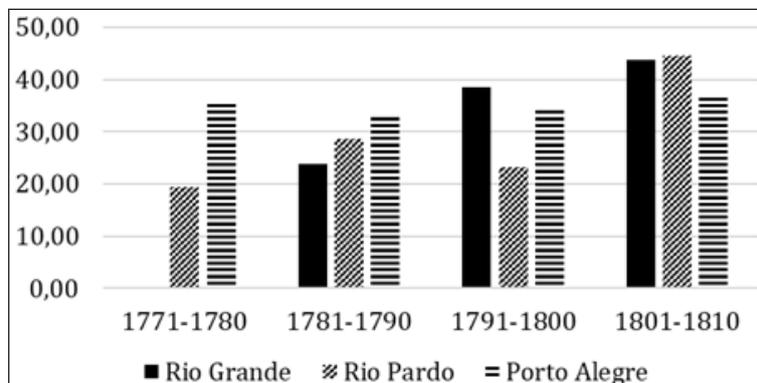
Tal característica de nossa região de estudo sugere que também devemos reconfigurar a forma como entendemos nossos referenciais teóricos. Moore (2000), ao estudar a fronteira de *commodity* do açúcar nas Américas entre os séculos XVI e XIX, caracterizou a fronteira como uma “*zona além da qual a expansão é possível*”, de um modo que é primariamente limitado pela geografia física e pelas contradições do capitalismo, em lugar da oposição de poderosos impérios mundiais” (Moore, 2000, p. 412, tradução nossa). Nosso caso, entretanto, sugere que a fronteira de *commodity* pode mover-se em direção a espaços de concorrência interimperial e que, apesar de aprofundar-se após o encerramento dos conflitos, seu impulso pode ser uma das forças de ocupação da região disputada, afinal de contas o processo de formação das elites econômicas – em boa medida as responsáveis pelas articulações mercantis, creditícias e produtivas da região – estava diretamente imbricada em como estas participavam da guerra e recebiam mercês reais por sua atuação militar (Gil, 2020), de modo que esse processo seletivo de posse sobre a terra compôs uma dinâmica de “precoce monopolização dos terrenos”, em parte por conta de “um ingrediente mercantil, altamente especulativo” (Silva, 1990 *apud* Osório, 2013, p. 19), uma vez que, apesar de recebido em razão das relações de reciprocidade, esse patrimônio era rápida e significativamente mercantilizado (Osório, 1999).

Tal dinâmica de avanço – militarizado, mercantil e monopolista – produzia um tramado social de altas taxas de concentração da propriedade entre os proprietários de pessoas escravizadas, em especial nas zonas de fronteira – ainda que relativamente menos concentrada que nas regiões exportadoras de *plantation* açucareira (Aladrén, 2012; Osório, 2005). Essa concentração não era, contudo, estática, mas apresentava ritmos crescentes

na fronteira sul (Aladrén, 2012), o que de certa forma entrava em consonância com as relações de propriedade do mundo atlântico nesse período. Sobre esse cenário de aumento dos custos de vida e de deterioração das condições de reprodução da existência de assalariados europeus e escravizados americanos, poderíamos afirmar, segundo Fischer (1996), que a tendência estrutural da economia-mundo no período de 1760 a 1830 foi a centralização da riqueza. Novamente, faz-se necessário aproximar o olhar, reduzir as escalas, para melhor compreendermos a interação dinâmica entre fronteira, capital e escravidão no Rio Grande de São Pedro. Osório (2007) já apontou a existência de diferentes taxas de concentração em diferentes localidades, em conjunção ao aumento que Aladrén percebeu nas zonas de fronteira.

Começando a analisar o Gráfico 5 com a curva de Porto Alegre, podemos notar que ela tendeu a ser relativamente estável ao longo do período, apesar de ser possível observar uma leve tendência de aumento. Esse resultado não apenas é coerente com o fato de ser uma região com certa apropriação urbana do espaço, mas também com uma região onde a apropriação de terras e rebanhos era mais difícil do que nas duas regiões de “fronteira aberta”, afinal seus rebanhos cresciam com menor velocidade do que nas áreas fronteiriças (Osório, 1999). Esse dado é reforçado pela menor representatividade dos grandes proprietários quanto à parcela das pessoas sob sua propriedade, menor do que em Rio Grande e Rio Pardo. Deve-se considerar, também, que na região, em especial nas freguesias de Viamão e Porto Alegre, estava se cristalizando um sistema de mão de obra e estrutura agrária camponês e pequeno-escravista (Gomes, 2018).

Gráfico 5 Porcentagem dos escravizados sob posse dos maiores dez por cento dos proprietários escravistas do Rio Grande de São Pedro por região



Fonte: ver Tabela 5, no Anexo.

Em seguida, as curvas de Rio Pardo e Rio Grande, com velocidades de concentração muito superiores, reforçam os resultados de Aladrén (2012) quanto ao aumento da concentração da propriedade de pessoas escravizadas. Entretanto, façamos duas ressalvas: em primeiro lugar, contrariamente à afirmação de que “A média por plantel nas duas últimas décadas do XVIII era baixa porque simplesmente não existiam grandes escravarias” (Aladrén, 2012, p. 100), encontramos grandes proprietários (mais de 20 pessoas escravizadas) nos inventários de Rio Pardo.

Em segundo lugar, devemos ressaltar as velocidades bastante diferentes da concentração nas duas fronteiras: enquanto na fronteira oeste (Rio Pardo) a média cresceu de maneira relativamente gradual, do outro lado da moeda, em Rio Grande, a concentração de pessoas escravizadas entre os dez por cento dos escravistas com mais pessoas sob sua propriedade cresceu subitamente na década de 1790, uma vez que a região apresentava o maior peso relativo de grandes proprietários e o maior número médio de pessoas escravizadas por proprietário.⁷

Identificamos, portanto, características ocasionadas pela especialização produtiva das duas regiões de fronteira: enquanto Rio Pardo e adjacências, onde se encontravam os maiores rebanhos, abasteciam o mercado de couros, participavam do mercado de mueres e forneciam parte

⁷ A designação e percepção de que as duas regiões se tratavam de fronteiras é consubstanciada pela percepção dos coevos, que as nomeavam deste modo, e pela historiografia, que aponta um maior crescimento de propriedades nessas áreas (Osório, 1999; Aladrén, 2012, p. 19 e 88)

da carne para a produção do charque (Osório, 1999), a região do Rio Grande era duplamente conectada à exportação, devido ao fato de que ela se tornou o centro da produção do charque, com especial relevo para Pelotas, bem como converteu-se na região de maior produção de trigo, exportado para o Rio de Janeiro (Osório, 1999; Aladrén, 2012), de modo que ambas, estavam em processo de intensificação da conexão mercantil com as dinâmicas da economia-mundo através da cadeia mercantil do charque.⁸ Especialização imbricada a uma crescente concentração do capital escravista-mercantil. É nesse sentido que os ritmos da fronteira meridional eram os ritmos de uma fronteira de *commodity*: eram ritmos de alargamento e aprofundamento da divisão social do trabalho; ao mesmo passo a fronteira avançava, tornava-se mais violenta, mais intensa em termos do capital concentrado entre os grandes proprietários e mais especializada, complexificando e radicalizando a *cadeia mercantil*.

Referências

ALADRÉN, G. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: UFF, 2012 (Tese de Doutorado em História da UFF).

ALDEN, D. "Late colonial Brazil, 1750-1808." In: BETHELL, Leslie. *Colonial Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 284-343, 1987.

ALDEN, D.; MILLER, J. C. *Out of Africa: the slave trade and the transmission of smallpox to Brazil, 1560-1831*. 1987. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, n. 2, p. 195-224.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Cx. 106, Doc. 207664, Bahia.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Cx. 189, Doc. 13654, Rio de Janeiro.

⁸ Esta exposição esquemática não considerada exaustiva, pois é evidente que em ambas as regiões se praticavam atividades produtivas mais variadas que as descritas.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Documentos da Escravidão no Rio Grande do Sul, Inventários: O Escravo Deixado como Herança*, vol 1. Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/acervo-judiciario>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ARRIGHI, G. *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. Verso, 1994

AZEVEDO, J. L. *Épocas de Portugal econômico: esboços de história*. Lisboa: Clássica Editora, 1929

BERGAD, L. W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BERBEL, M.; MARQUESE, R.; PARRON, T. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010.

BERUTE, G. S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 - c. 1825*. Porto Alegre: UFRGS, 2006 (Dissertação de Mestrado em História da UFRGS).

BORUCKI, A. The slave trade to the rio de La Plata, 1777-1812: trans-imperial networks and Atlantic warfare. *Colonial Latin American Review*, v. 20, n. 1, p. 81-107, 2011.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CARDOSO, A. B. Portugal e a Inglaterra nos tempos modernos. *Revista da Faculdade de Letras: História*, v. 4, p. 37-58, 2003.

CARRARA, A. A.; MENZ, M. M.; MELO, F. S.; DOMINGUEZ, R. da C. The Brazilian economy during the old regime crisis (1750-1807). *Revista de História Econômica – Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 41, n. 1, p. 119-146, 2013.

CASTRO, A. B. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, J. R. do A. (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, p. 67-109, 1980.

CURTO, J. C.; GERVAIS, R. R. A dinâmica demográfica de Luanda no contexto do tráfico de escravos do Atlântico Sul, 1781-1844. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 85-138, 2002.

ELTIS, D.; RICHARDSON, D. Os mercados de escravos africanos recém-chegados às Américas: padrões de preços, 1673-1865. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 4, p. 9-46, 2003.

FISCHER, D. H. *The great wave: price revolutions and the rhythm of history*. New York: Oxford University Press, 1996.

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: os séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, M.; RIBEIRO, A. V. R.; SILVA, D. D. da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (Século XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, v. 31, p. 83-126, 2004.

GIL, T. L. *Coisas do caminho: crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

GOMES, L. C. Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII. Porto Alegre: UFRGS, 2018 (Tese de Doutorado em História da UFRGS).

HOBBSBAWM, E. J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review* (Fernand Braudel Center), New York, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1986.

KOSELLECK, R. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MARIUTTI, E. B.; NOGUERÓL, L. P. F.; NETO, M. D. Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 31, n. 2, p. 369-393, 2001.

MARQUES, L. New World Slavery in the Capitalist World Economy. In: YAZDANI, Kaveh; MENON, Dilip (Org.). *Capitalisms: Towards a Global History*. Oxford: Oxford University Press, p. 71-94, 2020a.

MARQUES, L. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: MUAZE, M.; SALLES, R. H. (Org.). *A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva história*. São Leopoldo: Casa Leiria, p. 53-75, 2020b.

MARQUESE, R. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, R. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c. 1760-1840. *História (São Paulo)*, v. 34, p. 108-127, 2015

MARQUESE, R. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Rev. Hist. (São Paulo)*, São Paulo, n. 169, p. 223- 253, Dec. 2013.

MAXWELL, K. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MAXWELL, K. *Naked tropics: essays on empire and other rogues*. Routledge, 2013.

MENZ, M. M. Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822). São Paulo: USP, 2006 (Tese de Doutorado em História Econômica da USP).

MILLER, J. C. Slave Prices in the Portuguese Southern Atlantic, 1600-1830. In: LOVEJOY, P. E. (Org.) *Africans in bondage: studies in slavery and the slave trade: essays in honor of Philip D. Curtin on the occasion of the twenty-fifth anniversary of African Studies at the University of Wisconsin*. Madison: University of Wisconsin-Madison, p. 43-77, 1986.

MOORE, J. W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)*, p. 409-433, 2000

NOGUERÓL, L. P. F. O Rio Grande do Sul e a Banda Oriental/Uruguai: elementos da escravidão entre 1777 e 1851. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 25, p. 213-228, 2016.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, [1979] 1989.

OLIVEIRA, V. S. *Slave trade and abolition: gender, commerce and economic transition in Luanda*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2021.

OSÓRIO, H. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: UFF, 1999 (Tese de Doutorado da UFF).

OSÓRIO, H. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. *II Jornada de História Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005.

OSÓRIO, H. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA AGRARIA. Badajoz: Sociedad Española de Historia Agraria, 2013.

PARRON, T. Transcending the capitalism and slavery debate: slavery and world geographies of accumulation. *Theory and Society*, v. 52, n. 5, p. 1-33, 2022.

PEDREIRA, J. M. From growth to collapse: Portugal, Brazil, and the breakdown of the old colonial system (1760-1830). *Hispanic American Historical Review*, v. 80, n. 4, p. 839-864, 2000.

PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

PIRES, J. M.; COSTA, I. D. N. da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. *Estudos avançados*, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

POSTHUMUS, N. W. *Inquiry into the history of prices in Holland*. v. 1, Leiden: E. J. Brill, 1946.

PRADO, F. *Edge of empire: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Berkeley: University of California Press, 2015.

PRADO, F. Comércio luso-brasileiro no Rio da Prata e a Independência do Brasil: continuidades e rupturas (1777-1824). *História Econômica & História de Empresas*, v. 25, n. 1, p. 62-93, 2022.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, S. B. A economia do Império Português. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Org.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, p. 21-51, 2010.

SERENI, E. *Capitalismo e mercato nazionale in Italia*. Roma: Editori Riuniti, 1966.

SILVA, D. B. D. da. The supply of slaves from Luanda, 1768-1806: re-

ords of Anselmo da Fonseca Coutinho. *African Economic History*, v. 38, p. 53-76, 2010.

SILVA, D. B. D. da. The Atlantic slave trade from Angola: a port-by-port estimate of slaves embarked, 1701-1867. *International Journal of African Historical Studies*, v. 46, n. 1, p. 105-122, 2013.

SLAVE VOYAGES. *Comércio intra-americano de escravos – Base de dados*. Disponível em <<https://www.slavevoyages.org/american/database>>. Acesso em 5 outubro de 2023.

TOMICH, D. W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TROUILLOT, M.-R. Motion in the system: coffee, color, and slavery in eighteenth-century Saint-Domingue. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 5, n. 3, p. 331-388, 1982.

VARGAS, J. M. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (Tese do Doutorado em História da UFRJ).

VARGAS, J. M, A produção, o comércio e o consumo do charque/tasajo no Atlântico escravista: Buenos Aires, Montevideu e Rio Grande do Sul (1780-1900). In: MARQUES, Leonardo e Alexander Gebara (Org.). *História das mercadorias: trabalho, meio ambiente e capitalismo mundial (séculos XVI-XIX)*. São Leopoldo: Casa Leiria, p. 235-267, 2023.

Anexo

Tabela 4 – Preço de homens escravizados saudáveis, entre 20 e 29 anos, no Rio Grande de São Pedro – Média Móvel Trienal

Ano	Preço	Ano	Preço
	89,4	1793	107,7
1766	99,3	1794	109,1
1767	108	1795	137,4
1768	99,6	1796	142,7
1769	95,4	1797	160
1770	87,8	1798	138,8
1771	96,4	1799	144,4
1772	91,3	1800	134,2
1773	96,5	1801	134,9
1774	77,1	1802	136,8
1775	80,9	1803	142,5
1776	82,8	1804	149,6
1777	89,9	1805	155
1778	94,5	1806	155,5
1779	90,4	1807	154,7
1780	88,1	1808	153
1781-1782	82,3	1809	160,1
1783	85,8	1810	157,8
1784	90,8		
1785	108,2		
1786	104,3		
1787	105,7		
1788-1789	93,7		
1790	104,9		
1791	101,1		
1792	100		
	104		

Fonte: produção própria com base em excertos de 744 inventários post-mortem reproduzidos em APERS (2010).

Tabela 5 – Dados de concentração de propriedade

Período	Proprietários (a)	Total de escravizados (b)	Número aproximado dos dezenove por cento dos proprietários com mais escravizados (c)	Porcentagem do escravizados dos maiores dez por cento dos proprietários (d/b * 100)	Porcentagem do escravizados dos maiores dez por cento dos proprietários (d/b * 100)	Quantidade média de pessoas escravizadas sob posse dos maiores dez proprietários (d/c)
Rio Grande						
1771-1780	3	7	0	0	0,0	0,0
1781-1790	11	42	1	10	23,8	10,0
1791-1800	20	122	2	47	38,5	23,5
1801-1810	55	467	6	204	43,7	34,0
Rio Pardo						
1771-1780	13	36	1	7	19,4	7,0
1781-1790	28	108	3	31	28,7	10,3
1791-1800	20	90	2	21	23,3	10,5
1801-1810	65	458	7	204	44,5	29,1
Porto Alegre						
1771-1780	71	454	7	160	35,2	22,9
1781-1790	93	482	9	160	33,2	17,8
1791-1800	118	754	12	261	34,6	21,8
1801-1810	169	1163	17	429	36,9	25,2

Fonte: produção própria com base em excertos de 666 inventários post-mortem reproduzidos em APERS (2010). O recorte temporal reduziu a quantidade de inventários em relação aos dados da Tabela 4.